



ISSN 1414-7866 (versão impressa)
ISSN 2448-3605 (versão on-line)

Paraná Eleitoral
revista brasileira de direito
eleitoral e ciência política

Capilarização territorial de novos partidos no Brasil (2011-2016)

Bruno Marques Schaefer

Resumo

Durante o primeiro e o início do segundo governo Dilma Rousseff (2011-2015), oito novos partidos obtiveram registro no Tribunal Superior Eleitoral. Neste artigo, tratamos de investigar as características iniciais dessas organizações no que concerne à capilarização territorial. Como principal hipótese, consideramos que a proximidade com o Estado, mensurada a partir do recrutamento de deputados federais, é a variável mais significativa no processo de expansão territorial de novos partidos no Brasil. Isso corrobora outros dados e recorte temporal, como a tese de Campello de Souza de 1976: os partidos políticos brasileiros são dependentes do Estado no seu processo de desenvolvimento. Os resultados acabam por confirmar a hipótese, o que de forma alguma esgota os esforços na direção de maior entendimento dos novos partidos brasileiros.

Palavras-chave: organização partidária; novos partidos; capilarização; Estado e partidos.

Abstract

During the first Dilma Rousseff administration and the beginning of the second one (2011-2015), eight new parties were registered at the Superior Electoral Court (TSE). In this article, we try to investigate the initial characteristics of these organizations regarding their territorial development. As a main hypothesis, we consider that the proximity with the State, measured by the recruitment of federal deputies, is the most significant variable in the territorial expansion process of new parties in Brazil. This corroborates with other data and another temporal cut, as the thesis of Campello de Souza (1976): Brazilian political parties are dependent on the State in its development process. The results confirm the hypothesis, which in no way depletes efforts to provide a better understanding of new Brazilian parties.

Keywords: party organization; new parties; territorial development; State and parties.

Artigo recebido em 2 de maio de 2018; aceito para publicação em 30 de junho de 2018.

Sobre o autor

Doutorando e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: brunomschaefer@gmail.com

Introdução

Durante o primeiro e o início do segundo governo Dilma Rousseff (2011-2015), oito novos partidos obtiveram registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE): PSD (Partido Social Democrático); PPL (Partido Pátria Livre); PEN (Partido Ecológico Nacional); PROS (Partido Republicano da Ordem Social); SD (Solidariedade); PMB (Partido da Mulher Brasileira); Rede Sustentabilidade (REDE) e o Partido Novo (NOVO). Um fenômeno inédito no caso brasileiro, dado o curto período de tempo.

Essas novas organizações surgiram com distintos interesses e foram mobilizadas a partir de vários grupos, mas guardam questões em comum, como: o tempo pouco extenso de mobilização inicial até a conquista do registro definitivo, a capacidade de inserção no campo político com recrutamento de parlamentares e outros políticos com mandato, bem como a apresentação de candidaturas para as disputas eleitorais (Barbosa *et al.*, 2017; Krause e Gerardi, 2014; Ribeiro e Simoni Júnior, 2013; Schaefer, 2016a).

Com base na literatura sobre novos partidos políticos, em geral, especificamente os novos partidos no Brasil, apontamos que um dos desafios básicos para esse tipo de organização é a sobrevivência. Manter-se viável e na ativa. Mesmo que diferentes tipos de partido persigam objetivos diversos (Wolinetz, 2002), políticas, cargos ou votos, todos buscam, em essência, sobreviver em meio a um ambiente complexo (Ostrom, 2007) e em constantes disputas interna e externa (Panebianco, 2005).

Este trabalho está centrado no caso brasileiro recente, no sentido de observar este aspecto do modelo proposto por Lucardie (2000): a mobilização de recursos, entendida a partir da dimensão da capilarização¹ territorial. Seguindo a premissa de que os partidos no Brasil surgem desde um centro irradiador (Braga *et al.*, 2012; Peres *et al.*, 2012), observamos, a partir de um modelo exploratório, as características iniciais de capilarização desses partidos. Nosso

1. Utilizaremos capilarização no sentido da presença média dos partidos nos estados. Nesse sentido, se um estado possuiu 60 municípios e o partido está presente em 30, a média de capilaridade é 50%. Em um estado com 600 municípios estando o partido presente em 300, a média de capilaridade será, também, de 50%.

objetivo é responder à seguinte questão: quais são as variáveis que impactam significativamente no sucesso ou no fracasso desses novos partidos em seu processo de expansão territorial? Este é um tema que ainda não foi explorado na literatura sobre os partidos brasileiros em geral e, especificamente, acerca do recente fenômeno de emergência de novos partidos.

Como forma de tornar mais clara a análise, na próxima seção exploraremos o arcabouço teórico-bibliográfico que guia a análise. Na sequência abordaremos as histórias de cada um desses novos partidos, seus grupos mobilizadores, sua capacidade de recrutamento, bem como os discursos fundacionais veiculados pela mídia. Na terceira parte, trataremos sobre os aspectos de capilarização dos partidos (presença territorial por regiões). Na quarta parte, apresentaremos a explanação das hipóteses do modelo exploratório. Por fim, realizaremos a análise dos resultados, tecendo as considerações finais.

Surgimento de novos partidos e a relação com o Estado

A literatura sobre o surgimento de novos partidos em democracias ditas consolidadas ou emergentes tem avançado sobremaneira nos últimos anos. A importância de novas agremiações, seu sucesso ou fracasso, é tema de debates desde a constatação de que os sistemas partidários europeus no pós-guerra não estariam “congelados” (Hauss e Rayside, 1978). No contexto latino-americano, os estudos sobre novos partidos emergem a partir do fim dos regimes civil-militares e da transição democrática, que, em alguns casos, marca a volta de agremiações anteriormente proibidas, bem como a inclusão de novos atores políticos (Kestler *et al.*, 2013).

Geralmente, os modelos de explicação partem de dois conjuntos de variáveis para explicar a emergência de novos partidos: externas (variáveis institucionais e/ou sociais) e internas (mobilização dos grupos dirigentes). Sobre o primeiro conjunto, as pesquisas trataram de analisar a relação entre sistemas eleitorais, sistemas de governo, existência de fundos públicos e emergência de novas demandas como fatores importantes para a explicação de como e por que novos partidos surgem. Sistema proporcional, federalismo, recursos públicos disponíveis e clivagens sociais/regionais não incorporadas no sistema partidário são vistas como “gatilho”

para que novas organizações emergjam (Harmel e Robertson, 1985; López, 2005; Van Cott, 2003). Sobre o segundo conjunto, as pesquisas têm apontado, principalmente quando orientadas pela teoria da “escolha racional”, que o determinante para o surgimento de novos partidos é a mobilização da elite que intenta o registro partidário. De nada adiantariam, nesse sentido, oportunidades institucionais e sociais se o grupo dirigente não as aproveitasse (Tavits, 2006).

Em conjunto com o debate sobre as razões de surgimento de novos partidos, avançou-se na investigação das características e conceituação do fenômeno. Dito de outra forma, as pesquisas buscaram tratar empiricamente o quão novos seriam esses novos partidos (Barnea e Rahat, 2011), bem como o melhor conceito para explicitar o que seria um novo partido em termos teóricos. Barnea e Rahat, por exemplo, constroem um modelo com diversas dimensões de análise e propõem a ideia de que a novidade deve ser medida em *continuum*, e não enquanto dicotomia. O esforço dos autores em construir o modelo, no entanto, não é seguido de um esforço empírico de comparação entre casos, o que acaba por ser limitador em termos de análise. Essa questão da novidade é importante; afinal de contas, constatar que um sistema partidário é aberto para novos partidos pode esconder o fato de essas agremiações serem apenas “vinhos velhos em novas garrafas”, ou seja, novas legendas compostas por elites já inseridas no campo político (Barbosa *et al.*, 2017). No caso brasileiro, a vinculação entre Estado e partidos políticos é bastante ressaltada na literatura (Hippolito, 1985; Meneguello, 1989; Souza, 1976), e este é o ponto que pretendemos abordar como o cruzamento entre a capilarização territorial e a novidade desses oito novos partidos. Voltaremos a ele.

O debate sobre as variáveis que impactam na emergência de novos partidos é importante, como ressaltamos, no entanto não é nosso ponto de partida. Buscamos analisar não o processo de surgimento de novas agremiações, a partir das variáveis que impactam na mobilização dos grupos, mas, sim, como essas organizações acabam por “penetrar” no território nacional, e o que explica a variabilidade dessa “penetração” nos distintos partidos. Nossa principal hipótese teórica é tributária do trabalho de Souza (1976), sendo assim definida: os novos partidos que surgem mais próximos ao Estado, no Brasil, tornam-se mais viáveis, o que significa, do ponto de vista da renovação dos quadros políticos, que são os mais

afastados. Em outros termos, quanto menos novo o partido (mais “colonizado” por políticos que circularam por outros partidos), maior a probabilidade de que possa penetrar no território e capilarizar sua organização. A autora, ao analisar o sistema partidário brasileiro antes do golpe de militar de 1964, ou seja, no período chamado de “democracia populista” (1945-1964), aponta que é impossível estudar o sistema partidário sem considerar a configuração do Estado e a relação deste com os partidos. O caso do PSD é interessante como ilustração, afinal o partido surge a partir da mobilização dos interventores estaduais: “de dentro para fora do Estado, através da convocação feita pelos interventores às bases municipais dos Estados” (Souza, 1976, 109). Estes, anteriormente nomeados, acabam por construir a máquina do novo partido utilizando-se das bases da máquina pública. O PTB, outro partido surgido como amparo ao varguismo, acaba por se constituir desde o braço do sindicalismo oficial.

Sem entrar em revisão mais extensa da rica literatura sobre partidos no Brasil desde a “democracia populista”, retomemos dos textos a ideia de que a vinculação entre Estado e organizações partidárias é importante para entender o desenvolvimento dessas agremiações no caso brasileiro. Essa ideia acaba por ser a defesa frente ao suposto anacronismo no uso de determinados conceitos. No caso europeu, as pesquisas acabam por apontar a proximidade entre Estado e organização partidária a partir do final da década de 1980, com a constatação de que os partidos acabaram por perder representatividade, sentida pela queda da militância e do afastamento da sociedade civil. Katz e Mair (1995), nesse contexto, propuseram a tese da “cartelização” do sistema partidário. Para os autores, os partidos políticos passaram a se aproximar do Estado em detrimento da sociedade, tratando de controlar recursos que pudessem ser distribuídos na forma de patronagem (Van Biezen e Kopecký, 2007), como cargos nas distintas burocracias da Administração Pública, e na forma de garantir recursos legais de financiamento, tais como Fundos Públicos destinados a viabilizar campanhas eleitorais e a própria estrutura dos partidos (Bolognesi, 2016). Os partidos políticos, nessa visão, têm ressaltada sua função governativa e não representativa, e, mesmo com a derrota eleitoral, têm a garantia da manutenção de recursos importantes para sua sobrevivência (Bolleyer, 2008).

A tese da “cartelização”, como ressaltamos, é construída a partir do contexto europeu, em que as organizações partidárias de massa, no final do século XIX e início do século XX, trataram de integrar extensas parcelas da população ao processo político formal (Duverger, 1992). A ampliação do sufrágio e a consequente necessidade de “complexificação” das máquinas partidárias são consideradas a “época de ouro” da função representativa dos partidos políticos (Kirchheimer, 1966). A identificação classista dos partidos de massa, no entanto, é dissolvida a partir da mudança destes em termos de objetivos. A antiga social-democracia europeia, bem como os partidos comunistas e socialistas que aceitaram as “regras do jogo” democrático no pós-Segunda Guerra Mundial, aos poucos vão se transformando no sentido de expandir suas bases eleitorais e ganhar governos, praticamente se igualando aos demais partidos de quadros (conservadores). Esta é a tese do partido *catch-all*, proposta por Kirchheimer. Essas mudanças nos sistemas de partidos da Europa Ocidental acabaram por ser transmutadas, em termos teóricos, para o contexto latino-americano, apesar das limitações que tal migração de conceitos possui. No caso brasileiro, ao contrário da tese da “cartelização”, que pressupõe que os partidos se afastam da sociedade ao longo do tempo (caso europeu), Campello de Souza já demonstrava desde a década de 1970 que os partidos surgem a partir do Estado, dessa forma configurando uma espécie de cartel “prévio”.

Neste trabalho, apontamos que o peso do Estado e os recursos que dele provêm são vitais para as organizações partidárias e que os novos partidos que mais conseguem se aproximar deles são os mais viáveis em termos de capilarização territorial. Em termos empíricos, essa relação se dá no seguinte sentido: capacidade de recrutamento = maior relevância. Operacionalizamos o recrutamento a partir da variável: “cooptação” de deputados federais. Observamos somente esse cargo porque o tamanho das bancadas é determinante para o cálculo de recursos institucionais, como o Fundo Partidário e o HGPE (horário gratuito político-eleitoral), bem como em termos de barganha para o funcionamento do Governo Federal, o que acaba por tornar os partidos políticos sedentos por parlamentares (Freitas, 2012). No caso específico de novas agremiações, essa relação deve ser ainda mais estudada, pois na ausência de vínculos com organizações da sociedade civil, os partidos devem centrar a carga na busca de espaço estatal. Esperamos que a relação se confirme no

caso da capilarização, afinal de contas, os parlamentares possuem bases eleitorais que podem ser utilizadas para o novo partido.

Quais são os novos partidos?

Os oito novos partidos brasileiros aqui considerados surgiram em um período curto. No entanto, apesar da proximidade temporal, as semelhanças entre as organizações tenderam a ser escassas. O PSD (2011) surgiu a partir, principalmente, de uma dissidência do Democratas e se expandiu como espaço de alternativa a políticos de partidos de oposição (Ribeiro e Simoni Júnior, 2013), que queriam se aproximar do governo Dilma Rousseff (PT). O partido conseguiu recrutar uma robusta bancada na Câmara dos Deputados (54 deputados dos 513 da Casa), além de políticos em todas as instâncias federativas e em quase todos os estados (Krause e Gerardi, 2014). Apesar do discurso ideológico de seu presidente, Gilberto Kassab: “O PSD não é nem de direita, nem de esquerda e nem de centro”, o partido surge a partir de um ideário liberal que, inclusive, é considerado por Codato *et al.* (2015) como uma espécie de “nova direita” brasileira. O PSD obteve o registro definitivo do TSE em cerca de menos de um ano.

O PPL (2011) surgiu a partir de um grupo de dissidência do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8²). Durante a ditadura civil-militar brasileira, o MR-8 ficou conhecido por atos de resistência armada contra o regime. A partir da década de 1970, no entanto, com muitos dos militantes originais exilados ou presos, o movimento partiu para a luta política dentro da oposição consentida, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Somente em 2009, o partido deu entrada ao processo de obtenção de registro enquanto novo partido, que alcançou, em definitivo, em 2011. O PPL, ao contrário do PSD, não obteve sucesso no recrutamento de parlamentares em nível federal, bem como em nível estadual ou local. O partido, também ao contrário do PSD, surgiu a partir de um ideário de esquerda, com bandeiras como o nacional-desenvolvimentismo e de influência socialista.

2. Para mais informações, consultar: http://www.partidopatrialivre.org.br/FundacaoClaudioCampos/fundacao_discurso_SergioRubens.html.

O Partido Ecológico Nacional (PEN), apesar do nome, surgiu a partir da movimentação da igreja pentecostal Assembleia de Deus, em 2012. Segundo Codato *et al.* (2015), o partido pode ser classificado como da “nova direita”, a partir de um ideário conservador em temas morais, e liberal no sentido econômico. Conseguiu recrutar, em seu primeiro mês, apenas dois deputados federais. Possui maior sucesso, no entanto, no recrutamento de políticos em outras instâncias, principalmente deputados estaduais. Abriu processo de registro em 2011.

PROS e SD surgiram em 2013. O primeiro enquanto produto do esforço “empreendedor” de seu presidente, Eurípedes Júnior (Schaefer, 2016a), conseguiu recrutar 22 deputados federais. No contexto da disputa presidencial de 2014, serviu de alternativa a políticos do Partido Socialista Brasileiro (PSB) que queriam se manter na base de sustentação do governo Dilma Rousseff, à revelia do presidente dos socialistas, Eduardo Campos, que se lançaria em campanha na disputa presidencial. O partido, inclusive, é “colonizado” pela família “Gomes” no estado do Ceará³. O SD, por sua vez, surge em oposição ao governo do PT, em simbiose com uma das principais centrais sindicais do país, a Força Sindical (Trópia, 2009). Conseguiu recrutar 22 deputados federais em seu primeiro mês, e também pode ser considerado como representante da “nova direita” brasileira.

Em 2015, durante o primeiro ano do segundo mandato de Dilma, três novos partidos obtiveram registro no TSE, todos no mês de setembro⁴. O NOVO não recrutou nenhum político com mandato, considerando todas as instâncias federativas, bem como centrou sua atuação apenas em capitais das regiões Sul e Sudeste. A partir de um ideário econômico liberal, o partido surgiu enquanto alternativa da direita brasileira, destacando o seu suposto afastamento dos ditames da dita “política tradicional”. O seu presidente, João Dionísio Amoêdo, inclusive afirmou, ao ser questionado se poderia vir a ser candidato, que: “Não sei se tenho perfil para ser político. Acredito que, no estágio atual, preciso participar da estruturação do NOVO, trazer gente,

3. Cid Gomes, então governador do estado, e Ciro Gomes, ex-governador e candidato à presidência do país em 1998 e 2002.

4. O que não é uma coincidência, devido ao calendário eleitoral (Freitas, 2012).

cuidar da imagem do partido” (Fucs, 2015)⁵. O partido é composto, originalmente, por empresários urbanos, funcionários do setor terciário e do mercado financeiro, e levantou como bandeiras as privatizações e a redução de impostos, bem como se insurgiu como oposição direta ao PT e qualquer política identificada como estatista.

A Rede Sustentabilidade, ou somente REDE, parte originalmente da figura da candidata à presidência nos pleitos de 2010 e 2014, Marina Silva. Em 2014, inclusive, as lideranças do partido viram seu registro ser negado pelo TSE pela ausência de todas as assinaturas necessárias, o que levou Marina a buscar “abrigo” no PSB. De ideário de esquerda, o partido propôs, em seu estatuto, uma organização interna horizontal, com liberdade para que militantes e políticos com mandato arranjassem formas autônomas de participação. Inclusive, o partido propôs, em seu manifesto inicial, a defesa da ideia de candidaturas avulsas, ou seja, sem a própria necessidade do partido. Inspirado na ideia de partido movimento, como Syriza da Grécia e Podemos da Espanha, o partido, assim como o NOVO, buscou se desvincular do que se convencionou chamar de “política tradicional”. Apesar disso, a REDE conseguiu recrutar parlamentares em nível federal: quatro deputados federais e um senador, bem como uma miríade de políticos locais.

O PMB, por sua vez, pode ser caracterizado a partir de suas ambiguidades. O partido surgiu com a pauta da inserção feminina na política, no entanto, a sua presidente, Suêd Haidar, se declarou contrária a determinadas pautas do movimento feminista, como a descriminalização do aborto: “O partido vai atender a sociedade como um todo, homens e mulheres. A descriminalização do aborto, por exemplo, passa longe das propostas. ‘É claro que somos contra’”⁶. Outro ponto, a princípio, contraditório, é que apesar do nome do partido, dos 22 deputados federais recrutados, apenas duas eram mulheres. O PMB, com essa estratégia, tornou-se um dos maiores partidos da Câmara dos Deputados, no entanto, em menos de quatro meses, havia restado apenas um parlamentar (homem) nas hostes do partido.

5. Para mais informações, consultar: [<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/11/partido-novo-o-intruso-liberal-na-politica-brasileira.html>]. Acesso em 24 ago. 2016.

6. Para maiores informações, consultar: [<http://www.cartacapital.com.br/politica/a-que-veio-o-partido-da-mulher-brasileira>]. Acesso em 24 ago. 2016.

Os oito partidos criados nesse período e aqui analisados não guardam, como apontado antes, muitas semelhanças no que concerne aos grupos que os mobilizaram, ou os discursos que veicularam. Levando em conta as origens, enquanto alguns são mobilizados internamente (Aldrich, 1995) e surgem com expressão parlamentar efetiva (casos de PSD e SD), outros surgem mobilizados externamente, com pouca ou nenhuma representação (casos de NOVO e PPL). Há também casos intermediários, de partidos mobilizados externamente que são bem-sucedidos no processo de recrutamento, ao menos no momento inicial (PROS e PMB), bem como partidos mobilizados por atores já inseridos que, por razões estratégicas ou incompetência operacional, não são tão bem-sucedidos nesse processo (REDE e PEN). Quanto a outras possíveis classificações, como as tipológicas (Katz e Mair 1995; Panebianco, 2005), multidimensionais (Wolinetz, 2002) ou ideológicas (Codato *et al.*, 2015), não é nossa intenção explorar neste trabalho. A questão básica, como apontamos na introdução, é a verificação das estratégias e possibilidades desses novos atores em um processo de expansão territorial.

Aspectos da capilarização

A dinâmica de capilarização territorial dos oito partidos segue o mesmo padrão dos partidos brasileiros consolidados, ou seja, tem base em um centro irradiador (Braga *et al.*, 2012; Panebianco, 2005; Peres *et al.*, 2012). Neste trabalho, consideramos o índice de capilarização enquanto o número de municípios em que o partido está presente (na forma de Diretório ou Comissão Provisória), dividido pelo total de municípios no estado. Dessa forma, desconsideramos da análise o Distrito Federal, por não possuir municípios. O tempo analisado é o primeiro ano de fundação dos partidos, ou seja, como o PSD obteve o registro em setembro de 2011, consideramos, para a análise, o número de municípios em que ratificou algum tipo de organização até setembro de 2012. E assim sucessivamente para os demais partidos. Os dados foram coletados a partir dos registros de órgãos partidários disponíveis no TSE.

Na Tabela 1, agregamos os dados por região (a média de presença dos partidos), bem como em nível nacional. A média geral de capilarização dos novos partidos foi de aproximadamente 28% no primeiro ano de fundação. Em um *continuum* de capilarização, pode-se observar

que o PSD, de modo geral, possui mais sucesso, com presença em quase 90% dos municípios brasileiros. O NOVO, no outro extremo, não chegou a 0,1% de presença, considerando os 5.570 municípios brasileiros. Também destacamos na tabela as regiões em que o desempenho dos distintos partidos foi superior à média nacional. Neste caso, somente PSD, PROS e PMB lograram êxito ao estarem presentes em mais municípios do que a média geral dos demais.

Tabela I – Capilarização geral dos novos partidos (%)

Região	Partidos políticos								Média geral
	PSD	PPL	PEN	PROS	SD	PMB	REDE	NOVO	
Norte	82,82	22,41	22,12	28,82	32,95	39,77	22,12	0	31,38
Nordeste	89,23	19,30	10,68	29,42	24,28	31,97	16,05	0	27,62
Centro-Oeste	94,31	8,99	8,63	25,18	18,66	25,28	13,42	0	24,31
Sudeste	92,99	22,23	23,97	40,99	25,68	39,56	35,25	0,34	35,13
Sul	71,87	8,53	9,68	8,35	12,20	11,03	9,97	0,15	16,47
Brasil	86,66	18,16	14,45	28,12	24,79	32,07	19,63	0,07	27,99

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE

Os dados, nesse sentido, demonstram distintos padrões estratégicos. A região Sul, por exemplo, parece ser a que tem menos “abertura” a novos diretórios municipais, enquanto a região Norte estaria no lado oposto. No entanto, há também que se ressaltar o Sudeste. Nos estados com maior população do país, praticamente todos os partidos obtiveram bons resultados no que concerne a sua capilarização. É importante ressaltar que a tese de Campello de Souza (1976) se encontra amparada nos dados. Os partidos com maior êxito no recrutamento parlamentar, ou seja, mais inseridos no campo político, logram maior êxito no processo de capilarização.

Modelo exploratório: variáveis explicativas enquanto hipóteses

A variável dependente do modelo exploratório é o índice de capilarização territorial dos oito novos partidos brasileiros em cada um

dos estados em que estes conseguiram se organizar no primeiro ano de fundação. Nesse sentido, trabalhamos com um N (número de casos) de 187. Esse número é produto da multiplicação de 26 estados brasileiros (por ter organização distinta, o Distrito Federal foi excluído da análise) pelos oito partidos analisados, menos os casos em que, nos estados, o partido não possui organização regional nem municipal (caso do NOVO). Abaixo destacamos as hipóteses (H) que constituem o modelo.

H1: os partidos possuem maior presença nos estados em que a organização do partido se dá por Diretório, e não Comissão Provisória.

A legislação brasileira que trata do funcionamento e fundação de partidos políticos é bastante “liberal” na questão da autonomia da organização interna (Ribeiro, 2014). No entanto, os partidos brasileiros seguem uma lógica de organização quase geral: convenções, nas distintas instâncias federativas⁷, periodicamente (geralmente antes de períodos eleitorais) escolhem os diretórios, e estes escolhem as comissões executivas (órgãos máximos de decisão). O controle das instâncias de seleção que escolhem os membros das executivas é essencial para o controle do próprio partido. Nesse sentido, quando a elite partidária estadual possui mais autonomia (está organizada em Diretório), seria de se esperar que teria mais incentivos a organizar o partido em mais municípios, partindo da ideia de que a executiva estadual seria o centro irradiador do partido no estado. A legislação também consagra que o partido, após obter o registro definitivo no TSE, possui um ano para institucionalizar diretórios, em vez de comissões provisórias. No entanto, apesar da possibilidade de manter esse estatuto, os oito novos partidos mantiveram estratégias diferentes, sendo que muitos se organizaram nos estados a partir de diretórios, mesmo com a garantia legal de manter as comissões, como fica explícito na Tabela 2:

7. As regulamentações legais anteriores à LOPP (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), de 1995, determinavam que os partidos se organizassem a partir das instâncias federativas: nacional, estaduais e municipais. A LOPP deu maior autonomia aos partidos, mas, na grande maioria, estes mantiveram a estrutura anterior.

Tabela 2 – Organizações dos novos partidos nos estados

Organização estadual	Total	%
Diretório	70	37,43
Comissão Provisória	117	62,57
Total	187	100,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

H2: os partidos possuem maior presença nos estados em que obtiveram os primeiros registros dos respectivos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs).

Para que um novo partido obtenha registro no TSE e tenha direito à distribuição do Fundo Partidário e do HGPE, bem como ganhe a legenda para a disputa das eleições, é necessário colher assinaturas de 0,5% dos votantes da última eleição para a Câmara dos Deputados, bem como o registro provisório em, no mínimo, nove estados (LOPP – Lei Orgânica dos Novos Partidos, 1995), com 0,1% de assinaturas do total de eleitores desses estados. Tendo isso em mente, consultamos as súmulas dos julgamentos do TSE que tratavam do registro dos oito partidos analisados. Destas constam, geralmente expostas pelos advogados da aspirante organização, os estados em que o partido já obteve registro no respectivo TRE. Em alguns casos, no entanto, o número de registros excedeu os nove necessários a princípio.

Consideramos esses estados em cada partido enquanto “estados originários” (Tabela 3). Em tese, o esforço no colhimento de assinaturas nestes, como iniciou antes, poderia ser representado em maior presença proporcional do partido do que em estados onde obtiveram o registro posteriormente.

Tabela 3 – Estados originários dos novos partidos

Estado originário	Total	%
Sim	71	37,96
Não	116	62,04
Total	187	100,00

Fonte: Elaboração própria com base nas súmulas de julgamento dos novos partidos, disponíveis no Diário Oficial do TSE

H3: os partidos possuem maior presença nos estados onde conseguiram recrutar deputados federais.

A premissa básica da H3 é que quando um partido recruta um deputado federal, este utiliza suas redes políticas no sentido de aumentar a presença do partido nos municípios. A existência de uma máquina preexistente, em tese, facilitaria o processo de penetração territorial, dado que o próprio político teria interesse no crescimento do partido. O cargo de deputado federal foi escolhido para análise por ser importante para diversos “benefícios” institucionais (Tabela 4). A legislação brasileira vincula os cálculos de distribuição do Fundo Partidário e do HGPE às votações dos partidos nas eleições para a Câmara Federal. Segundo Freitas (2012), essa característica leva os partidos brasileiros, em sua maioria, a buscar atrair deputados para suas hostes, em um cálculo estratégico.

Tabela 4 – Recrutamento de deputados federais nos novos partidos

Recrutamento	Deputados federais	%
Sim	66	35,29
Não	121	64,71
Total	187	100,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Câmara dos Deputados e de sites dos partidos

Como variáveis de controle, consideramos a volatilidade eleitoral dos estados, o número efetivo de partidos (NEP), bem como se havia, no ano fundacional, um governo estadual de esquerda. Quanto à volatilidade eleitoral, esperamos que nos estados onde há maior volatilidade, ou seja, maiores mudanças nos votos dos eleitores, exista um clima de incerteza política que facilite a entrada de novos atores (Haus e Rayside, 1978)⁸. Nesse sentido, existiriam mais incentivos à formação do partido em municípios com resultados mais voláteis. O NEP indica o número de partidos que disputam uma eleição, sendo desenvolvido por Laakso e Taagepera (1979). Consideramos que os estados com maior NEP são campos mais “abertos” para a entrada de novos

8. A volatilidade elevada indica que os partidos políticos não são estruturantes para o voto.

atores. Por fim, consideramos a variável dicotômica: “existe governo de esquerda no estado no momento da fundação”. Postulamos que é de interesse dos partidos de esquerda, quando no governo, dividir a oposição, incentivando a entrada de novos atores.

Análise dos resultados

Na análise dos dados, partimos de um teste de regressão linear, no sentido de observar nossas hipóteses. Ou seja, utilizamos as variáveis dicotômicas: ter ou não ter Diretório, ser ou não ser Estado Originário, e assim por diante, na observação da média de variação de capilaridade dos partidos. As variáveis contínuas (NEP e volatilidade) foram transformadas em variáveis dicotômicas a partir da separação pela mediana.

As variáveis explicativas que possuem significância estatística são a organização do partido, recrutamento de deputados federais e volatilidade eleitoral (Quadro 1). Nesse sentido, ter um Diretório, em vez de Comissão Provisória, e recrutar deputados com mandato, em estados com maior abertura para novos atores, representou maior presença proporcional nos estados para esses novos partidos. Quanto à primeira variável, os novos partidos que se organizaram em diretório nos estados tiveram uma vantagem de mais de 14% em seu processo de capilarização, enquanto o recrutamento de deputados implicou em uma diferença ainda maior (mais 26% de presença). No caso da volatilidade, em estados onde o índice é mais alto, a tendência é o aumento de 9% no índice de capilarização.

Quadro 1 – Modelo de análise

Modelo	Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados			
	B	desvio-padrão	Beta	t	Sig.	
I	(Constante)	11,728	4,231		2,772	,006
	Organização	14,628	4,008	,241	3,650	,000
	Recrutamento	26,826	4,082	,438	6,571	,000
	Estado originário	2,927	4,030	,048	,726	,469
	Volatilidade	9,194	3,900	,156	2,357	,020
	NEP	-2,786	3,932	-,048	-,708	,480
	Governo de esquerda	1,144	4,072	,019	,281	,779

Ao contrário do que colocamos inicialmente, em estados originários os novos partidos não tiveram uma média de presença significativa, considerando os estados em que obtiveram registro posteriormente. Quanto ao número de partidos efetivos e governos de esquerda, as variáveis também tiveram comportamento insignificante estatisticamente. O NEP, inclusive, teve efeito contrário.

No Quadro 2, realizamos o mesmo teste excluindo o NOVO (devido ao seu baixo índice de capilarização) e o PSD (caso contrário). Os dois partidos constituem casos que podem enviesar nossa amostra, dado que o primeiro possui pouquíssima capilarização e o segundo é um caso de presença organizacional extrema no território brasileiro (ver Tabela 1). Os resultados se alteram de maneira significativa, sendo que a única variável que mantém sua significância estatística é o recrutamento de deputados federais, com efeito mais baixo do que no outro teste (10,654). O PSD se organizou em Diretório em 21 dos 26 estados analisados, notabilizando-se por uma estratégia de autonomia organizativa para suas subunidades (Guarnieri, 2011). O teste, nesse sentido, demonstra que a organização em Diretório só tem efeito estatístico quando o PSD está no banco de dados.

Quadro 2 – Regressão linear de capilarização sem o NOVO e o PSD

Modelo		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados		
		B	desvio-padrão	Beta	t	Sig.
I	(Constante)	13,860	3,140		4,414	,000
	Organização	-2,127	3,398	-,050	-,626	,532
	Recrutamento	10,654	3,374	,256	3,157	,002
	Estado originário	4,479	3,188	,112	1,405	,162
	Volatilidade	5,344	3,007	,140	1,777	,078
	NEP	3,077	3,024	,081	1,017	,311
	Governo de esquerda	1,706	3,116	,043	,548	,585

Mantendo a parcimônia, dada a natureza exploratória do trabalho, pode-se observar que é uma estratégia interessante a organização em diretórios para a efetiva capilarização, considerando todos os novos partidos analisados. No entanto, quando retiramos o PSD, a organização não possui significância estatística, além de denotar um efeito contrário ao esperado. A única variável que mantém

seu efeito e significância é o recrutamento de deputados federais, o que indica que as redes desses políticos podem ser mobilizadas no processo de organização do partido nos estados. A dinâmica, no entanto, possui duas vias: os partidos recrutam políticos, mas garantem recursos a estes atores que seriam inviáveis nos partidos imediatamente anteriores (Freitas, 2012; Schaefer, 2016b)⁹. Afinal de contas, parlamentares com mandato recrutados possuem interesses próprios quanto a opções de carreira e poder, enquanto os novos partidos buscam, com o recrutamento, recursos como o HGPE e o Fundo Partidário, bem como potencial eleitoral e organizativo no estado. A troca, nesse sentido, se dá pelas duas partes e possui matizes, relações de poder que pendem tangencialmente a um lado ou outro.

A aproximação com o Estado, vista através do processo de recrutamento, é essencial para a capilarização das organizações partidárias. Nesse sentido, a tese de Campello de Souza (1976) permanece atual quando observamos o caso dos novos partidos brasileiros surgidos durante os governos Dilma. Tanto em nível federal (nacional) quanto estadual, os partidos precisam de proximidade com a máquina como uma estratégia de crescer e ocupar cargos. No que concerne à capilaridade dessas novas organizações, os resultados apontam para este caminho. Partidos como o NOVO, o PPL e o PEN, que tiveram as menores taxas de recrutamento, também foram os menores em termos de presença organizacional nos municípios brasileiros. Como impulso inicial, nesse sentido, parece que os novos partidos precisam da máquina como forma de penetrar o território. No entanto, a vinculação com velhas elites políticas, que podem sair da organização assim como nela entraram, não significa longevidade para o partido, como apontam trabalhos recentes (Bolleyer e Bytzek, 2016).

Considerações finais

Os partidos políticos, apesar de todas as críticas possíveis (acadêmicas ou não), cumprem um papel essencial na democracia representativa. Conectam Estado e sociedade a partir da apresentação e

9. Testamos também a possível colinearidade entre as variáveis organização e recrutamento, que não se verificou.

seleção de candidatos (Alcántara Saéz e Freidenberg, 2002), diminuindo os custos de informação dos eleitores (Aldrich, 1995), indicam pessoal para burocracias estatais (Meneguello, 1998), bem como organizam o processo legislativo (Figueiredo e Limongi, 2014). A competição entre partidos distintos é uma característica essencial do processo democrático (Mouffe, 2015). O surgimento de novos partidos, nesse sentido, constitui um fenômeno interessante, pois representa que, de uma forma ou de outra, o sistema partidário se encontra aberto a novos competidores, com distintos objetivos (Lucardie, 2000). No caso analisado neste trabalho, com o surgimento de oito novos partidos no Brasil em um período de quatro anos, fica claro que houve, por várias razões, uma janela de oportunidades ao reordenamento com novos rótulos de elites políticas já inseridas no sistema partidário, mas também a organização de agentes que apresentaram demandas não incluídas pelos partidos consolidados. Nesse sentido, seria temerário fazer qualquer diagnóstico normativo acerca dos impactos desse fenômeno, sem a devida atenção aos seus aspectos partidários internos, seus modos de funcionamento, bem como suas próprias origens.

A necessidade de compreender as estratégias organizativas iniciais para ter maior clareza analítica acerca de seu posterior desenvolvimento (Panebianco, 2005) torna importante uma análise mais detida de aspectos, como, por exemplo, a formação das executivas em todos os níveis (Ribeiro, 2014), o grau de centralização (Guarnieri, 2011) e os padrões de recrutamento, ou não, de políticos já com mandato.

Quanto à dinâmica da capilarização territorial abordada neste trabalho, pode-se observar que os distintos partidos tiveram resultados diferentes. Embebido pela máquina governamental, o PSD teve um impulso inicial muito maior que os demais. Com presença em quase todos os municípios brasileiros desde seu primeiro ano de fundação, esse partido postula um papel importante no atual sistema partidário. O NOVO, pelo contrário, em um ano não chegou a 0,1% de presença nos municípios brasileiros.

No entanto, alguns aspectos do modelo aqui descrito precisam ser aperfeiçoados. As variáveis trabalhadas representam apenas algumas das dimensões do fenômeno geral, que deveriam ser complementadas com trabalho de campo nesse sentido, como a verificação dos efeitos das variáveis no impacto da capilarização. Além

disso, outros elementos deveriam ser incorporados, tais como: a vinculação do SD à Força Sindical e o impacto dessa organização na estruturação do partido; a vinculação do PEN com a igreja Assembleia de Deus; o perfil empresarial do PROS e o seu lento desaparecimento (em 2013 eram 22 deputados; em 2016 a bancada do partido era de apenas seis deputados federais); as estratégias próprias do PPL (o partido realmente não “buscou” parlamentares? Ou não foi “atrativo” o suficiente?); o peso da máquina pública no caso do PSD (o partido surge e se estrutura como fiel na balança nas disputas eleitorais – em todos os níveis federativos – e na composição de coalizões); o perfil organizacional do REDE e seus impactos; o NOVO e sua quase negação da política institucionalizada; bem como o perfil das lideranças regionais do PMB. Esses aspectos deveriam ser observados a partir de técnicas qualitativas. Afinal de contas, esses novos partidos são organizações “loteadas” e descentralizadas a partir de lideranças nos estados? Ou, pelo contrário, são estruturas centralizadas na Executiva Nacional?

Referências

- ALCÁNTARA SAÉZ, M.; FREIDENBERG, F. (2002). Partidos políticos na América Latina. *Opinião Pública*, vol. VIII, n. 2, p. 137-157.
- ALDRICH, J. (1995). *Why parties?* The origin and transformation of party politics in America. Chicago: University of Chicago Press.
- BARBOSA, T. A. L. *et al.* (2017). Novos competidores no Brasil? Candidatos e eleitos pela REDE, PMB e NOVO. *Observatório de Elites Políticas e Sociais Do Brasil*, vol. 4, n. 3, p. 1-17.
- BARNEA, S.; RAHAT, G. (2011). “Out with the old, in with the ‘new’”: what constitutes a new party?. *Party Politics*, v. 17, n. 3, p. 303-320.
- BOLLEYER, N.; BYTZEK, E. (2016). New party performance after breakthrough: Party origin, building and leadership. *Party Politics*, vol. 23, n. 6, p. 315-336.
- BOLLEYER, N. (2009). Inside the cartel party: party organization in government and opposition. *Political Studies*, vol. 3, n. 57, p. 559-579.
- BOLOGNESI, B. (2016). Dentro do estado, longe da sociedade: a distribuição do fundo partidário em 2016. Newsletter, *Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil*, vol. 3, n. 11, p. 1-15.
- BRAGA, M. S. S. *et al.* (2012). Organización, territorio y sistema partidario: difusión territorial de la organización de los partidos y sus potenciales impactos sobre la estructura del sistema partidario en Brasil. *América Latina Hoy*, vol. 62, p. 15-45.

- BRASIL. (1996). *Lei nº 9095/1996. Lei Orgânica dos Partidos Políticos*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados.
- CODATO, A. *et al.* (2015). A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: CRUZ, S. V. *et al.* (Org.). *Direita, volver!:* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo.
- DUVERGER, M. (1992). *Los partidos políticos*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. (1995). Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. *Dados*, vol. 38, n. 3, p. 497-525.
- FREITAS, A. (2012). Migração partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009. *Dados*, vol. 55, n. 4, p. 951-986.
- FUCS, J. (2015). Partido Novo, o intruso liberal na política brasileira. *Época*, 3 nov. Tempo. Disponível em: [<https://glo.bo/2usvOnj>]. Acesso em 16 jul. 2018.
- GUARNIERI, F. (2011). A força dos partidos “fracos”. *Dados*, vol. 54, n. 1, p. 235-258.
- HARMEL, R.; ROBERTSON, J. (1985). Formation and success of new parties: a cross-national analysis. *International Political Science Review*, vol. 6, n. 4, p. 501-523.
- HAUSS, C.; RAYSIDE, D. (1978). The development of new parties in Western democracies since 1945. In: COOPER, J.; MAISEL, L. (Ed.). *Political parties: development and decay*. Beverly Hills: Sage.
- HIPPOLITO, L. (1985). *De raposas a reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KATZ, R.; MAIR, P. (1995). Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. *Party Politics*, vol. 1, n. 1, p. 5-28.
- KESTLER, T. *et al.* (2013). Los Break-in parties en América Latina: ¿éxito o fracaso?. *Revista Debates*, vol. 7, n. 2, p. 159-171.
- KIRCHHEIMER, O. (1966). The transformation of the Western European Party. In: LaPALOMBARA, J.; WEINER, M. (Ed.). *Political parties and political development*. Princeton: Princeton University Press, p. 137-176.
- KRAUSE, S.; GERARDI, A. (2014). Executivo estadual faz a diferença? A estreia eleitoral do PSD nas eleições municipais de 2012. In: ENCONTRO DA ABCP, 9., 2014, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: ABCP.
- LAAKSO, M.; TAAGPERA, R. (1979). Effective number of parties: a measure with application to West Europe. *Comparative Political Studies*, vol. 12, n. 1, p. 3-27.
- LÓPEZ, S. (2005). Partidos desafiantes en América Latina: representación política y estrategias de competencia de las nuevas oposiciones. *Revista de Ciencia Política*, vol. 25, n. 2, p. 37-64.

- LUCARDIE, P. (2000). Prophets, purifiers and prolocutors: towards a theory on the emergence of new parties. *Party Politics*, vol. 6, n. 2, p. 175-185.
- MENEGUELLO, R. (1989). *A formação de um partido: 1979-1982*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- _____. (1998). *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- MOUFFE, C. (2015). *Sobre o político*. São Paulo: Martins Fontes.
- OSTROM, E. (2007). Institutional rational choice: an assessment of the Institutional Analysis and Development Framework. In: SABATIER, P. A. (Ed.). *Theories of the policy process*. 2. ed. Cambridge: Westview Press.
- PANEBIANCO, A. (2005). *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- PERES, P. et al. (2012). *How Brazilian parties organize: centralization by strategic leadership design*. *Bepress*. Disponível em: [<http://works.bepress.com/paulo/peres/19/>]. Acesso em 25 mar. 2015.
- RIBEIRO, P. F. (2013). Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 10, p. 225-265.
- _____. (2014). Em nome da coesão: parlamentares e comissionados nas executivas nacionais dos partidos brasileiros. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 22, n. 52, p. 121-158.
- RIBEIRO, R. M.; SIMONI JUNIOR, S. (2013). O surgimento do PSD e o sistema partidário brasileiro. In: FÓRUM BRASILEIRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA, 3., 2013, Curitiba. *Anais...* Curitiba: FBCP.
- SCHAEFER, B. M. (2016a). Cálculo estratégico e controle das zonas de incerteza. Surgimento de PSD, PROS e Solidariedade (2011-2014). In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLÍTICA, 7., 2016, Curitiba. *Anais...* Curitiba: UFPR.
- _____. (2016b). Recrutamento como estratégia organizativa: “parlamentarização” e desenvolvimento de novos partidos no Brasil (2011-2014). In: CONGRESO NACIONAL Y V CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE DEMOCRACIA, 11., 2016, Rosario. *Anais...* Rosario: Universidad Nacional de Rosario.
- SOUZA, M. do C. C. (1976). *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega.
- TAVITS, M. (2006). Party systems change: testing a new model of new party entry. *Party Politics*, vol. 12, n. 1, p. 99-119.
- TRÓPIA, P. V. (2009). El sindicalismo brasileño en disputa en los años 90: origen, raíces sociales y adhesión activa de la fuerza sindical al neoliberalismo. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 15, n. 3, p. 57-80.

- VAN BIEZEN, I.; KOPECKÝ, P. (2007). The State and the parties: public funding, public regulation and rent-seeking in contemporary democracies. *Party Politics*, vol. 13, n. 2, p. 235-54.
- VAN COTT, D. L. (2003). From exclusion to inclusion. Bolivia's 2002 elections. *Journal of Latin America Studies*, vol. 35, n. 4, p. 751-755.
- WOLINETZ, S. (2002). Beyond the catch-all party: approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies. In: GUNTHER, R. *et al.* (Ed.). *Political parties: old concepts and new challenges*. Oxford: Oxford University Press.